

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1237/10-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 4.016, de 17/04/2009 e o Edital DRH/CRS nº 07, de 05/05/2009, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2010 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões de Polícia Militar (RPM), lotadas no interior do Estado (CTSP/2010 - INTERIOR), publicado no “Minas Gerais” nº 079 , de 06/05/2009 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 os candidatos da **11ª RPM – MG-14.473.733 ALISON DE OLIVEIRA RODRIGUES, MG-15.957.848 ARNON HENRIQUE ALVES SANTOS, MG-16.176.495 CHARLES EUGÊNIO GONÇALVES DE SOUZA, MG-14.669.677 CHARLES HIGOR SILVA RODRIGUES, MG-14.173.072 DIEGO SILVA PRATES, MG-15.309.791 ELCIMAR DUTRA RODRIGUES, MG-16.172.865 FLÁVIO GONÇALVES DOS REIS, MG-14.330.409 GUSTAVO MENDES FIÚZA, MG-11.545.994 KAREM JULIANA MARTINS BASTOS, MG-12.457.563 KÁTIA DE QUEIROZ RAMOS, MG-12.478.747 LAUDINEY MENDES DOS SANTOS JÚNIOR, MG-13.533.210 MARLUCE LEITE DE OLIVEIRA, MG-14.067.615 MOHISSA FERNANDA BARBOSA, DF-1.025.552.986 PAULO ROBERTO DOS SANTOS BRAGA, MG-15.577452 RAMON HENRIQUE RAMOS MACHADO, MG-13.675.840 RENAN DOUGLAS QUIRINO MACHADO, MG-14.925.408 RODRIGO OLIVEIRA ANDRADE, GO-15.547.896 RODRIGO PETERSON GERVÁSIO E MG-13.513.606 WILLIAN RICARDO ROCHA VIANA** interpuseram recursos administrativos, em face de terem sido contraindicados no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 07, de 05 de maio de 2009;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação";

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que "*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*";

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contraindicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de

Saúde nº 3692/02, anexo "E", grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contraindicado tem acesso às suas razões de contraindicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado), mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* " ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, emitiu parecer **ratificando** a contraindicação desses, para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados,

2 RESOLVE:

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se ao final, a situação de contraindicado dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado).

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 01 de julho de 2010.

(a)JUAREZ NAZARETH, CORONEL PM
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1259/10-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 4.016, de 17/04/2009 e o Edital DRH/CRS nº 07, de 05/05/2009, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2010 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões de Polícia Militar (RPM), lotadas no interior do Estado (CTSP/2010 - INTERIOR), publicado no “Minas Gerais” nº 079 , de 06/05/2009 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 os candidatos da **11ª RPM – MG-14.412.065 ANDERSON CORDEIRO BORGES, MG-17.389.045 BRUNO GUSTAVO QUEIRÓS DE OLIVEIRA, MG-13.737.206 ELIAS ALVES DE SOUZA, MG-12.465.983 JOMAR MAIA XAVIER, MG-12.541.045 MARCOS VINÍCIUS SILVA RAFAEL, MG-12.906.970 MARLLUS RENATO ZUBA MARTINS E MG-10.130.891 TIAGO SOARES DE SOUZA** interpuseram recursos administrativos, em face de terem sido contra indicados no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº nº 07, de 05 de maio de 2009;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação";

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que "*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*";

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo "E", grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contraindicado tem acesso às suas razões de contraindicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para

ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado), mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* " *ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.*";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, emitiu parecer **ratificando** a contraindicação desses, para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados,

2 RESOLVE:

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se ao final, a situação de contraindicado dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado).

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 01 de julho de 2010.

(a)JUAREZ NAZARETH, CORONEL PM
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1260/10-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 4.016, de 17/04/2009 e o Edital DRH/CRS nº 07, de 05/05/2009, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2010 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões de Polícia Militar (RPM), lotadas no interior do Estado (CTSP/2010 - INTERIOR), publicado no “Minas Gerais” nº 079 , de 06/05/2009 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 o candidato da **11ª RPM – MG-14.221.328 ALEX CÉSAR DE SOUZA** interpôs recurso administrativo, em face de ter sido contraindicado no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 07, de 05 de maio de 2009;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contraindicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contraindicado tem acesso às suas razões de contraindicação, através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado das razões de sua contraindicação, para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado), mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise do recurso interposto pelo candidato, emitiu

parecer **retificando** a contraindicação desse, para ingresso na PMMG, com fulcro no parecer técnico devidamente fundamentado,

2 RESOLVE:

2.1 conhecer do recurso, posto que apresenta os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **deferir** o pedido, com base no parecer técnico, alterando-se, ao final, a situação de contraindicado do candidato para a situação de Indicado, para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado);

2.3 determinar à Chefe do CRS que tome as demais medidas decorrentes, visando a efetivação deste ato, principalmente no tocante à alteração da situação de contraindicado para indicado do candidato, procedendo ao final nova classificação, observando as notas alcançadas por ele nas fases anteriores do concurso.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 01 de julho de 2010.

(a)JUAREZ NAZARETH, CORONEL PM
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1261/10-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 4.016, de 17/04/2009 e o Edital DRH/CRS nº 07, de 05/05/2009, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2010 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões de Polícia Militar (RPM), lotadas no interior do Estado (CTSP/2010 - INTERIOR), publicado no “Minas Gerais” nº 079 , de 06/05/2009 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 o candidato da **11ª RPM – MG-16.794.536 ALLAN SANTOS JARDIM** interpôs recurso administrativo em face de ter sido contraindicado no exame psicológico, contudo, não apresentou suas Razões Escritas de Defesa;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 07, de 05 de maio de 2009;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contraindicado tem acesso às suas razões de contraindicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contraindicação para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado), mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* " ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 embora o candidato não tenha apresentado sua defesa, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim, realizou a revisão do material produzido pelo candidato e emitiu parecer **ratificando** a contraindicação desse para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados,

2 RESOLVE:

2.1 conhecer do recurso, posto que apresenta os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** o pedido, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se ao final, a situação de contraindicado do candidato recorrente para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado).

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 01 de julho de 2010.

(a)JUAREZ NAZARETH, CORONEL PM
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1262/10-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 4.016, de 17/04/2009 e o Edital DRH/CRS nº 07, de 05/05/2009, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2010 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões de Polícia Militar (RPM), lotadas no interior do Estado (CTSP/2010 - INTERIOR), publicado no “Minas Gerais” nº 079 , de 06/05/2009 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 os candidatos da **11ª RPM – MG-13.998.551 SAULO NOÉ SOARES DA SILVA E DF-2.448.766 THIAGO CARVALHO DA ROCHA** interpuseram recursos administrativos em face de terem sido contraindicados no exame psicológico, contudo, não apresentaram suas Razões Escritas de Defesa;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 07, de 05 de maio de 2009;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contraindicado tem acesso às suas razões de contraindicação através da entrevista de devolução, ocasião em que toma conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contraindicação para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado), mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* " ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 embora os candidatos não tenham apresentado suas defesas, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim, realizou a revisão do material produzido pelos candidatos e emitiu pareceres **ratificando** a contraindicação desses para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados,

2 RESOLVE:

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se ao final, a situação de contraindicados dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado).

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, de julho de 2010.

JUAREZ NAZARETH, CORONEL PM
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1263/10-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 4.016, de 17/04/2009 e o Edital DRH/CRS nº 07, de 05/05/2009, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2010 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões de Polícia Militar (RPM), lotadas no interior do Estado (CTSP/2010 - INTERIOR), publicado no “Minas Gerais” nº 079 , de 06/05/2009 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 os candidatos da **11ª RPM – MG-12.936.964 ENILSON ADRIANO DE JESUS E GO-04.677.514 WANDEMBERG MARTINS LEITE** interpuseram recursos administrativos, em face de terem sido contraindicados no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 07, de 05 de maio de 2009;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contraindicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contraindicado tem acesso às suas razões de contraindicação, através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado das razões de sua contraindicação, para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado), mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, emitiu parecer **retificando** a contraindicação desses, para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados,

2 RESOLVE:

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **deferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, alterando-se, ao final, a situação de contraindicados dos candidatos para a situação de Indicados, para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado);

2.3 determinar à Chefe do CRS que tome as demais medidas decorrentes, visando a efetivação deste ato, principalmente no tocante à alteração da situação de contraindicados para indicados dos candidatos, procedendo ao final nova classificação, observando as notas alcançadas por eles nas fases anteriores do concurso.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 01 de julho de 2010.

(a)JUAREZ NAZARETH, CORONEL PM
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS